



## GT 030. Eleições e Política

Marcos Otávio Bezerra (Universidade Federal Fluminense) - Coordenador/a, Wilson José Ferreira de Oliveira (Universidade Federal de Sergipe) - Coordenador/a, Christine de Alencar Chaves (UnB) - Debatedor/a

O GT se propõe a receber trabalhos que abordem etnograficamente como sujeitos, famílias, grupos e coletividades se organizam, agem e pensam a política. As eleições aparecem como evento marcante para tomada de posição e organização de concepções sobre política e seu funcionamento. Seguindo possibilidades abertas por trabalhos do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), o período eleitoral é um momento propício para analisar como a política se relaciona com espaços da vida cotidiana, seja através do engajamento dos sujeitos nas disputas eleitorais ou definindo coletividades que, enquanto tais, as evitam. Simultaneamente, dimensões da vida cotidiana (como relações entre vizinhos e disputas entre famílias) são muitas vezes pensadas e elaboradas tal qual uma política, oferecendo igualmente, elementos que compõem o funcionamento mais geral da política. Cabe especialmente discutir os possíveis deslocamentos do processo eleitoral na conjuntura atual. O golpe de Estado e a crescente intervenção de decisões judiciais na definição de ocupantes de cargos públicos põe em cheque o significado usualmente atribuído às eleições. Trata-se também de uma disputa eleitoral onde se dão, simultaneamente, definições em relação a questões nacionais, polarização entre esquerda e direita, demarcação de posicionamentos em relação a temas cotidianos, padrões estéticos, corpos e identidades. Esse quadro abre um amplo espectro para (re)pensar e ampliar a reflexão da antropologia em relação à política.

### **O PATRIMÔNIO SERVE À CIDADE COMO NEGÓCIO? O caso do Museu Cais do Sertão, em Recife, Pernambuco.**

**Autoria:** Francisco Sá Barreto, Izabella Medeiros

Este work é parte de projeto de pesquisa que desenvolvemos desde o final de 2014, a partir do qual procuramos entender a simbiose entre os discursos de modernidade e tradição em três recortes temporais específicos na cidade de Recife, Pernambuco. O terceiro recorte trata dos embates entre o Projeto Novo Recife e as iniciativas de resistência a ele, mas não somente a ele. Foi possível observar, ao logo dos estudos que já realizamos, o funcionamento das estratégias para tradução da resistência pontual ao Novo Recife a um debate sobre a cidade e suas políticas de gestão como um todo. É o que procuramos observar quando nos dedicamos a compreender a atuação do Movimento Ocupe Estelita ou do Grupo de Direitos Urbanos nesse cenário. No outro lado da querela, por sua vez, encontra-se um conjunto de políticas de intervenção sobre as regiões do centro antigo da cidade do Recife (Bairros do Recife, São José e Santo Antônio), as quais funcionam como paradigma para um tipo de operação sobre a cidade que já vigora desde o próprio projeto urbano de modernização do Recife, ainda no final do século XIX e início do XX. Procuramos observar o funcionamento desse conjunto de intervenções para além do interesse em tornar novamente disponíveis para a habitação zonas inteiras há muito abandonadas na cidade. O que, contudo, os textos do PNR (Projeto Novo Recife) chamam de zonas abandonadas? O que significam, nesse contexto, "tornar novamente disponíveis"? Mais do que investir na construção de grandes edifícios, que estimulam firmemente a especulação imobiliária na região, alimentando as demandas das grandes construtoras locais, o conjunto dessas intervenções identificou, desde o princípio, na "reforma da cultura" o mais destacado empreendimento no tempo da revitalização urbana do Recife. Desde os anos 1990, a construção de um "novo" habitus cultural para a região procura estimular a zona como objeto do interesse do mercado do turismo global, bem como uma alternativa economicamente promissora de entretenimento da cidade. Na



primeira década do século XXI, esse conjunto de intervenções ganha o reforço de grandes edificações dedicadas ao consumo cultural, especialmente dois equipamentos que celebram parcerias entre a gestão do Estado e a iniciativa privada: no Paço do Frevo e o Museu Cais do Sertão. Totalizando mais de R\$ 50 milhões em investimentos públicos, os dois equipamentos representam, antes de um interesse da gestão em estimular a divulgação e preservação do patrimônio local, um promissor negócio da cultura em sintonia com tendência verificada em todo o globo. A essa altura, serve ao negócio da cultura as contemporâneas políticas de preservação do patrimônio cultural nas cidades contemporâneas? Essa é a questão que, neste work, pretendemos desenvolver.



**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

